

Please quote as:

Schiefer, Ulrich (2015) Inovações tradicionais: organizações civis de sociedades, in:

Jao, Mamadú (2015) Estratégias de Vivência e de Sobrevivência em Contextos de Crise: Os Mancanhas na Cidade de Bissau. Nota de Rodapé Edições, Paris. ISBN 978-989-20-5954-9.

Inovações tradicionais: organizações civis de sociedades

La urbe moderna no es una ciudad, es una enfermedad.

Nicolás Gómez Dávila

Para muitos países, supostamente em vias de desenvolvimento, e ainda para mais sociedades, a questão de desenvolvimento parece cada vez mais afastada, menos realista e menos relevante. Os fracassos da modernização pós-colonial, operados e condicionados pelo complexo desenvolvimentista internacional e pelos seus aliados nacionais, imitações das burocracias coloniais sobrepostas pelas “novas elites de poder”, remeteram a questão para discursos oficiais que já não inspiram confiança. Entretanto, a insegurança alimentar aumenta, a simplicidade da vida no campo é substituída pela pobreza urbana, as perspectivas futuras diminuem ou são inexistentes. Consequentemente, as migrações, forçadas ou não, assolam cada vez mais as sociedades e contribuem para a crescente anomia que há muito passou de um estado nas franjas de sociedades em mudança para um processo dinâmico, que assola especialmente os espaços urbanos, mas não só. O desenvolvimento global – originalmente concebido como uma expansão dos modelos de produção industrial e dos seus mercados para todo o globo, e, associados a esta expansão, o estabelecimento da dominação dos padrões burocráticos de organização – só funcionou em certas áreas geográficas, e, mesmo nestas, só parcialmente. À superioridade deste modelo, manifesta na produção desenfreada de bens e no aumento da capacidade destrutiva, corresponde a um desprezo generalizado, implícito ou explícito, por outras formas de organização das sociedades não-industrializadas que abrangem uma boa parte da humanidade. A força destes modelos somente entra na perceção global quando se manifesta como desafio – em forma de resistência, violenta ou não. Mesma nas sociedades não industrializadas as organizações do modelo moderno ou perimoderno conseguem captar a atenção pública quase toda. As expectativas implícitas e as promessas de salvação ligadas à libertação do colonialismo foram goradas. As incorporações de um futuro melhor, tanto na forma do “Partido” como do “Estado”, desestruturam-se e frustraram todas as tentativas de desenvolvimento das sociedades que conquistaram. Estas instituições trans-étnicas modernas, cozidas à pressa. Não raras vezes, produtos de guerras demoradas e destruidoras, e sem profundidade histórica, são parcialmente baseadas numa mimikry da administração colonial.

As condições macropolíticas e macroeconómicas, orquestradas historicamente pela organizações de Bretton Woods, impostas por uma panóplia de “atores”, armadas com *hard power* e *soft power* e, em parte, criadas no local pelo “complexo da cooperação para o desenvolvimento,” que surge como vanguarda da expansão do modelo industrial mundial, levaram a processos de autodestruição assistida de muitas sociedades agrárias africanas que viram desaparecer uma parte substancial da sua produtividade e, não menos importante, assistiram a uma redução significativa da capacidade de socialização das suas futuras gerações. A desacreditação da cooperação internacional parece quase total. A estratégia de desenvolvimento, embora ainda mantida ao nível do discurso e na propaganda (“objetivos do milénio”, etc.), mudou. Foi substituída na realidade, a nível internacional, por estratégias de contenção para tentar manter a paz, evitar a criação de bases regionais para o terrorismo internacional e controlar as migrações intercontinentais. Estas estratégias de contenção estão igualmente condenadas ao fracasso, que, aliás, já se manifesta. Do lado das elites de poder nacionais, a estratégia mudou para uma corrida frenética de modo a atrair o famigerado investimento estrangeiro direto, que se concentra na exploração dos recursos naturais, minerais e

outros, como se os efeitos nefastos e frequentemente catastróficos sobre muitas sociedades não estivessem em evidência. Dadas as oportunidades que oferecem às elites de poder nacionais e internacionais e os seus efeitos positivos sobre as estatísticas económicas, senão sobre as economias produtivas reais, estes investimentos provavelmente condicionarão o futuro próximo de muitas sociedades africanas. A sua natureza técnica permite o seu funcionamento em condições muito adversas a quase todos os níveis. A engenharia social, operada através de intervenções de uma profusão de organizações chamadas de sociedade civil, sob o lema de desenvolvimento, que visava a mudança da organização societal em todos os níveis, com discursos do desenvolvimento humano, ecológico, sustentável, etc., não produziu igualmente muitos sucessos evidentes. A multiplicidade de organizações de cariz perimoderno, criadas pelas agências internacionais que constituem uma paisagem organizacional própria e que não têm vida própria sem as suas ligações financiadoras, não produziu desenvolvimento, nem organizações sustentáveis. Serviu basicamente para apropriar os fundos que as próprias agências internacionais não consumiram. As numerosas tentativas de organizações peri-modernas – como igrejas, comunidades urbanas, organizações internacionais de advocacia, etc. – para invadir o espaço de produção do sentido, embora consigam captar muitas almas, fracassam amplamente na integração dos membros das sociedades agrárias em dissolução. Estas organizações, nomeadamente as de cariz religioso diverso, funcionam quase todas nas mais diversas arenas de reconstituição de comunidades sociais. O seu número crescente pode servir de indicador para o enfraquecimento das sociedades agrárias tradicionais. Contudo, elas não podem, por definição, criar um contexto integral, inclusivo e multidimensional de vida que qualquer sociedade agrária proporciona aos seus membros e que produz em quase todos que as largam, a sensação de perda que frequentemente se manifesta em nostalgia.

O grande e persistente debate sobre a sociedade civil nos países africanos ignora, de forma consciente ou não, as sociedades étnicas e foca, quase exclusivamente, nas “organizações da sociedade civil”, que, regra geral, são importações, metástases dos complexos desenvolvimentistas e humanitários que só conseguem funcionar dentro de uma economia dissipativa. Grande parte da investigação é condicionada pelos complexos de intervenção, que, pelos princípios do seu funcionamento universal, têm de ignorar as especificidades das sociedades que supostamente servem de objeto nas suas intervenções benevolentes. A investigação, portanto, foca nas instituições peri-modernas e nas organizações que supostamente representam as sociedades chamadas civis, mas que, de facto, representam os seus protagonistas e as suas aspirações, não obstante a advocacia internacional. Até as ciências sociais, especialmente as partes condicionadas pelos complexos, parecem cada vez menos interessadas em estudar “sociedades”, especialmente quando se trata de sociedades estruturadas por princípios mais antigos de auto-organização, nomeadamente, a etnicidade que, implícita ou explicitamente, serve para explicar inúmeros males modernos. Quanto mais importante é a etnicidade para as sociedades, mais anátema parece nos discursos modernos. A manifestação cultural da etnicidade, muitas vezes na vertente folclórica, só é tolerada, ou até promovida, em sociedades onde a etnicidade perdeu a sua força organizativa real. O discurso político nacionalista pós-independência baseou-se na negação total da etnicidade – numa tentativa de construir um “estado-nação” conforme o modelo europeu do século XIX. Qualquer referência ao “étnico” foi reprimida, muitas vezes de forma violenta. Aqueles que desafiavam o poder central eram apelidados de “tribalistas” e sujeitos a repressão. O exercício do poder moderno, pós-colonial, de forma mais ou menos oculta, sempre se baseou, na prática dos seus dirigentes, no étnico como princípio de organização societal. Dentro dos aparelhos partidários e estatais, centrais e regionais, as etnias lutaram – e continuam a lutar – pelo controlo e acesso aos recursos. A arte de dominação política implicava sempre gerir as alianças interétnicas para manter um certo equilíbrio

nos aparelhos. Onde estas tentativas fracassaram, os conflitos manifestaram-se, muitas vezes, de forma violenta. Contudo, ainda hoje, o discurso oficial nega, ou depois de experiências pouco positivas, volta a negar esta realidade. Para etnias fracas cujas alianças interétnicas perderam a sua força, não parece muito aconselhável falar em organização étnica.

O agenda-setting internacional não deixa de ter efeitos sobre muitas boas cabeças. As condicionantes externas dos “estudos”, com o seu *fast in, fast out* – também conhecido como *fly in, fly out* -, são um bloqueio efetivo a uma compreensão das sociedades. O fracasso completo das elites modernizantes e do Estado remete a iniciativa e cria espaço para as sociedades mais antigas – a disfuncionalidade das dimensões modernas coletivas inter-sociais gera um vácuo que reforça a tensão entre vivência e sobrevivência e obriga a uma revisita dos conceitos básicos. Parece essencial a investigação tentar compreender quais as condições necessárias para o surgimento de novas formas de (auto-) organização depois do fiasco quase completo produzido pelos modelos importados e impostos. Ao mesmo tempo, convém descobrir como as sociedades podem adaptar-se e gerir o declínio generalizado que resulta dos fracassos acumulados das tentativas de desenvolvimento externamente induzido. Quais são, portanto, os condicionantes externos e internos que libertam o potencial organizativo inovador existente em sociedades não industrializadas de cariz étnica? E qual é, exatamente, este potencial? As sociedades étnicas, defende Sigrist, são sociedades que se auto-organizam dentro de um quadro formal de nexos sociais, codificado num esquema genealógico, derivado da crença de linhas de descendência comum e que se manifestam espacialmente. A reorganização urbana e, também, internacional de espaços étnicos é sempre um processo incompleto e fluído. A mundivivência, originalmente condicionada por um dado território, contestado ou não, perde esta dimensão espacial. Consequentemente, as outras dimensões tornam-se mais importantes. Num contexto de migração, e não só, as sociedades são constituídas em primeiro lugar através do seu contexto de comunicação, isto é, através da sua língua e dos códigos de comunicação. Obviamente, o espaço perdido de origem é idealizado. Os fracassos cumulativos de modernização – para algumas sociedades, ainda mais destrutivos do que os seus supostos sucessos que implicavam a sua destruição e transformação – provocaram nestas sociedades processos de auto-aprendizagem. Estes processos caracterizam-se pela sua profundidade, pela sua prudência evidente e pela sua flexibilidade, que permite adaptações rápidas na superfície e sugere uma certa lentidão no que diz respeito a mudanças estruturais. O pragmatismo é inerente a, e constitutivo de, sociedades cuja vivência integra o visível com o invisível e o sagrado com o profano e que vivem num contexto natural, societal e político onde os erros se pagam caro. Os processos de aprendizagem resultam de confrontos com realidades múltiplas e diversas, locais, regionais, nacionais e internacionais. De igual modo, introduzem conhecimentos, capacidades e técnicas culturais, adquiridos nas últimas décadas em contextos mais abrangentes, como por exemplo, elevadas qualificações literárias e a dominação da escrita, da contabilidade, etc., por muitos. Não é por acaso que muitos expoentes da defesa da cultura, da língua e da tradição, são professores do ensino moderno.

A sensação de ameaça da coesão social é real. A coesão social é mais do que uma metáfora; é um princípio de funcionamento real que permite o acesso a todos os tipos de recursos, tanto a indivíduos como a grupos, dentro de unidades de vivência, cada vez mais fragmentadas. O diagnóstico da ameaça sucede, portanto, nos ambientes onde ela é mais forte, em comunidades de emigrantes e em comunidades urbanas transtornadas, onde se manifesta a alienação como fenómeno que acompanha não somente a emigração, mas a desintegração das sociedades agrárias de origem. O papel da diáspora parece crucial na medida em que está exposta na primeira linha à ameaça da mundivivência: o seu foco na cultura e na língua bem como as suas capacidades de comunicação em contextos externos complexos informam e inspiram a análise das comunidades

rurais e urbanas. A diáspora, também, pode experimentar e observar as realidades de outras sociedades que já avançaram mais no caminho da dissolução e os efeitos nefastos que isso provoca. Na diáspora, igualmente, aparecem as tensões e os conflitos típicos intergeracionais que resultam de uma quebra na passagem – direta das tradições que acontecem com algum desfasamento nos migrantes urbanos, onde é gritante a diferença – da apropriação das tradições (língua, valores, comportamentos, normas, etc.) entre pais e filhos. A perda da identidade social apresenta-se, regra geral, como conflito inter-geracional, que se manifesta, por exemplo, na quebra da transmissão das línguas de origem aos filhos, que preferem uma integração no novo milieú, mesmo que tal implique a perda da língua dos seus antepassados, que constitui um pilar fundamental da identidade étnica. A reflexão sobre o percebido défice, originando na sensação da perda, remete para uma compreensão mais profunda da própria sociedade. O que parece “natural” ao membro da sociedade ganha um significado diferente quando visto de fora. A ressocialização num contexto social diferente, normalmente acompanhado por fortes dissonâncias cognitivas, abre uma nova perspectiva de compreensão da sociedade de origem, mesmo que esta seja muitas vezes sobrecarregada com nostalgias e idealizações diversas. A vivência num espaço partilhado multi-étnico, a experiência da dispersão num contexto inter-societal, pode acelerar a dissolução ou a adaptação, mais ou menos, forçada dos grupos fracos a modelos de grupos dominantes, não obstante a quase lendária resiliência dos grupos que conseguem manter a sua identidade em circunstâncias adversas. Em vários contextos isso pode levar a uma idealização da sociedade de origem que é dotada das qualidades imaginadas – onde frequentemente são escamotadas as razões que levaram à emigração – ou provocar uma “identificação com o agressor” no novo contexto da vida.

As sociedades étnicas percebem as sociedades como étnicas. São étnicas por dentro e são étnicas para fora.

A destruição dos contentores étnicos, operada através de processos lentos e pouco visíveis, em sociedades fracas e pequenas, em circunstâncias que não lhes permitem a sua dissolução pacífica e a sua integração, individual ou coletiva, em entidades mais abrangentes, provocam frequentemente tentativas de reparação. Estas tentativas, por regra, são idealizadas como reformas, como regressos a tempos idos, igualmente idealizados com os seus valores de respeito, reciprocidade, confiança e solidariedade, vivenciados num milieú circunscrito e familiar. O contentor étnico, pelo menos nos casos de sucesso, já que os casos de insucesso têm pouca visibilidade, demonstra uma grande capacidade de auto-reparação quando furado. Nos processos de aprendizagem as sociedades revelam uma capacidade adaptativa de auto-organização, que fez da sociedade étnica agrária africana (e não só) um modelo organizacional de grande sucesso durante alguns milénios. A constituição das novas organizações de vivência e sobrevivência baseia-se em princípios organizativos muito antigos, em valores e padrões de comportamento igualmente antigos e validados pela experiência. Revela, ao mesmo tempo, uma perspectiva estratégica abrangente e uma finura tática. A sua criação pressupõe a descoberta de um espaço aberto na paisagem organizacional existente, ocupado por organizações representantes e financiadas pelos complexos internacionais, organizações internacionais presentes no local, organizações do “Estado”, organizações criminosas, nem sempre distinguíveis das do Estado, e por outras organizações da mesma estirpe. A deslegitimação das instituições estatais, bem como a pressão internacional, retira alguma eficácia ao Estado na repressão de organizações espontâneas. A fraqueza da repressão transforma-se, deste modo, numa certa liberdade para a criação de organizações de tipo constituição livre. A legitimação étnica das novas organizações – só não visível para quem não a quer ver -, manifestada num contínuo rural-urbano e transfronteiriço que liga as novas organizações às sociedades de origem e

que é sancionada pelas instituições tradicionais, permite uma proteção adicional. Consegue evitar ataques através da ameaça implícita, nunca revelada, de sanções espirituais, e não só, das instâncias tradicionais. A integração da continuidade societal de milieus diversos, manifesta nestas organizações, ultrapassa, portanto, largamente a defesa do acesso aos recursos e a sua recombinação para compensar flutuações conjunturais e geográficas. A dimensão das novas organizações permite a sua gestão sem interferir com estruturas tradicionais étnicas mais abrangentes, mas é bem maior que as “famílias alargadas” e, por conseguinte, mais adequadas aos desafios do contexto disfuncional e caótico urbano. O aumento das pressões obriga as famílias urbanas, alargadas ou não, a procurar complementos de maior dimensão para funcionar melhor como unidades de sobrevivência.

A perspetiva é de reforma, de reconstituição da solidariedade prática real vivida, e, certamente também idealizada, da aldeia. Foi encontrado e definido um espaço, de diferentes projeções geográficas, de atuação e de organização, que não entra em conflito com a estrutura tradicional (linhagem, regulado), mas está inteiramente sancionado, podendo, desta forma, mobilizar reforços. Do mesmo modo, as organizações procuram sempre não constituir uma ameaça aos poderes que dominam a arena pública (“Estado”). Não tentam participar na esfera pública moderna, nem fazem tentativas de influenciar a política nacional. Numa imitação do discurso oficial, mesmo as instituições puramente étnicas insistem que não o são e preferem manter a ficção da não-eticidade. A funcionalização da etnicidade para fins políticos está sempre bem presente, bem como as suas potenciais consequências. Trata-se, objetivamente, de uma inovação institucional e organizacional. E, como em outros casos, o regresso objetivo constitui o progresso objetivo. Estas inovações organizacionais não se deixam influenciar pelas bizarras das tentativas externas de *capacity building* das últimas décadas cujos únicos efeitos parecem ser o aumento das capacidades destrutivas e repressivas. A novidade não consiste na integração de formas não tradicionais de gestão (fardas, títulos, forma escrita de gestão, etc.) que são adaptados de forma eclética – com um subtil distanciamento irónico – dos adereços de cena dos estados modernos. Trata-se, no fundo, de uma mimikry da mimikry. Os mecanismos essenciais de gestão são, contudo, tradicionais, como por exemplo a gestão das trocas, dos créditos, da resolução de conflitos e dos mecanismos de recrutamento, etc. A magia da magia é complementada, ainda que não completamente substituída, pela magia inerente a algumas formas modernas. Não se trata de uma substituição dos ritos de iniciação. Estes acontecem, também, em contextos urbanos, porém numa versão “light” e sem conferir toda a validade original, que só pode ser adquirida nos lugares sagrados. A forma escrita dos registos, a formalidade das cerimónias e rituais, complementam as formas antigas, como a presença física, a participação ativa, etc., na produção de confiança como mecanismo eficaz de redução de complexidade e de garantia de reciprocidade que é fundamental para “resolver problemas”. “Resolver problemas” é a chave redutora, enigmática e significativa, que alude a confluência dos fatores externos que definem a precariedade da existência. Esta existência é, contudo, a existência social mais do que a mera existência física e implica, principalmente, a capacidade de cumprir as obrigações que daí advém. A preocupação de uma pessoa adulta, e, por conseguinte, responsável, prende-se com os recursos que são essenciais para as exigências do seu contexto social, o que lhe permite evitar a “vergonha” e atingir o estatuto social que corresponde, *mutatis mutandis*, a “*dignitas*” dos romanos. As organizações novas são autênticas e auto-poéticas, autodeterminadas, nasceram sem apoio externo, que nem sequer procuraram, e vivem sem reconhecimento internacional de que, igualmente, não carecem.

Estas organizações persistem por longos períodos, constituindo, portanto, na linguagem corrente dos desenvolvimentistas, exemplos de sustentabilidade. Trata-se de inovações que acontecem sem qualquer tipo de intervenção externa de foro ideológico, financeiro ou de engenharia social, sem ser

alvo das modas do desenvolvimento internacional. São genuinamente internas, e, por isso, permitem tirar algumas conclusões. É um facto que esta inovação organizacional acontece debaixo do radar da cooperação internacional para o desenvolvimento, portanto, sem conhecimento das agências desenvolvimentistas. Mas, e isso parece bastante mais importante, permite descobrir a auto-organização das sociedades rural-urbanas em contextos de crise. Permite um olhar sobre as necessidades reais sentidas e sobre possíveis caminhos para frente, portanto, as prioridades das sociedades em mudança rápida forçada. Demonstra, igualmente, que os perdedores da modernização, intentada mas fracassada, sobre a bandeira do desenvolvimento, conseguem mobilizar recursos organizativos a um nível intermédio. Contudo, o reservatório da resiliência das sociedades específicas, o seu cariz étnico, constitui também o seu principal limite, bem como um dos seus perigos básicos num contexto urbano-rural onde as organizações trans-étnicas (“Estado”) não conseguem produzir os serviços mínimos para o funcionamento de sociedades multi-étnicas confinados num espaço urbano, como, p. ex. segurança, ordenamento territorial, justiça, serviços coletivos, etc. A existência de organizações de certas etnias pode estimular ou provocar a criação de organizações correspondentes de outras etnias com os mesmos ou com diferentes objetivos. No nexu urbano interétnico facilmente aparecem declives, o potencial de conflitos é bastante elevado e organizações de cariz étnica sempre correm o perigo de serem mobilizadas por fações políticas nas suas lutas, frequentemente violentos, pelo poder. O surgimento de outras formas de auto-organização, menos pacíficas, pode igualmente conduzir a uma remodelação e a um reposicionamento estratégico dentro de uma conjuntura interétnica fluída. O percurso de grupos auto-organizados de vigilantes para garantir a segurança das vizinhanças para autênticos gangs urbanos que atuam num espaço urbano político-criminoso-violento já contribuiu para transformar muitas cidades em infernos para os seus habitantes. Portanto, o notável potencial organizacional pode ser usado para fins positivos, mas corre igualmente o perigo de ser instrumentalizado para fins nefastos. Tanto mais importante parece o papel das antigas e das novas organizações étnicas pacíficas que existem para combater o declínio das sociedades agrárias, para reforçar a sua cultura, para evitar que as tradições seculares se percam em espaços urbanos, e, simplesmente, para resolver problemas dos seus membros.

Kilamba, 2014

Ulrich Schiefer